



▶ [Menu principal](#)



[Pesquisa Geral](#)



Brasília, Sexta-Feira, 22/3/19

[A Pró-Yanomami](#)

[Os Yanomami](#)

[Notícias](#)

[Documentos](#)

[Programas](#)

[Depoimentos](#)

[Bibliografia](#)

▶ [Pesquise por Tema](#)

Todos ▾

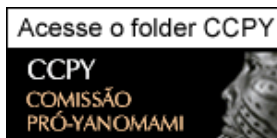
Selecione o Período:

De

Até

[Listar Resultados](#)

▶ [Veja também:](#)



| Documentos |

Esta seção apresenta um conjunto de documentos de referência sobre diversos aspectos da ação da entidade na defesa dos direitos Yanomami (Terra Indígena Yanomami, direitos humanos, saúde, educação e preservação do meio-ambiente). Trata-se de documentos recentes ou " históricos ", de documentos produzidos pela Pró-Yanomami (CCPY) ou de documentos oficiais.

... ● [Arquivo Pró-Yanomami](#)



Boletim URIHI Nº 01

SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1985
EDITADO PELA COMISSÃO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI (CCPY)
RUA SÃO CARLOS DO PINHAL 345
1333 SÃO PAULO
ILUSTRAÇÕES CIÇA FITTIPALDI

Surucucus: fechada à mineração

No dia 21 de agosto de 1985 a Comissão de Minas e Energia da câmara de Deputados realizou uma importante reunião para discutir a questão da política mineral, particularmente em relação à disputa entre companhias de mineração e garimpeiros, e a abertura da Serra de Surucucus à mineração.

Os principais pontos foram levantados por Elmer Salomão, presidente da Companhia de Mineração Taboca, e José Altino Machado, que se auto-declara o representante das atividades de mineração. Salomão pedia uma redefinição sistemática da política mineral e de sua legislação, que incluísse a profissionalização e incorporação das atividades de mineração.

Machado, por outro lado, defendeu os garimpeiros e a garimpagem, com forte retórica, contra as empresas e contra o que ele chamou de ações arbitrárias e negativas do Governo. Alegando que os próprios índios são favoráveis à mineração e que os minérios estão sendo controlados por interesses estrangeiros, Machado reafirmou sua antiga posição de que a Serra deve ser aberta à garimpagem para índios e garimpeiros.

A posição de Machado chocava-se diretamente com um Projeto de Lei (Nº 1.179) então em exame no Congresso. Proposto pelo deputado Mozarildo Cavalcanti (Roraima), esse projeto advogava a abertura de Surucucus para a mineração de cassiterita através de um acordo entre a Funai, o governo de Roraima e empresas estatais de mineração e desenvolvimento.

Em seguida a essa reunião, a Comissão de Minas e Energia decidiu visitar a região de Surucucus, junto com a Comissão do Índio do Congresso, a fim de avaliar se a área deveria ser aberta a empresas ou garimpeiros.

De acordo com notícias da imprensa, durante a visita os deputados ouviram dos próprios Yanomami que a área não deveria ser aberta nem a um nem a outro.

A principal justificativa do projeto de Cavalcanti era que a severa crise econômica de Roraima poderia ser resolvida se Surucucus fosse aberta à mineração de cassiterita.

Argumentos contra essa justificativa foram apresentados pelo deputado Márcio Santilli, um dos principais defensores da criação do Parque Yanomami, e por outros membros da Comissão do Índio. Em seu relatório, Santilli apresentou evidência sistemática dos efeitos letais da mineração e prospecção sobre as comunidades Yanomami nos últimos dez anos. Além disso, Santilli citou o relatório de 1980 da Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD) que declara claramente que há reservas suficientes de cassiterita em outras partes do Brasil e que os custos de mineração em área tão remota como Surucucus são tão proibitivos a ponto de assegurar a não exploração da região. A CVRD de fato recomendou que Surucucus fosse declarada Reserva Mineral Nacional, o que protegeria as fontes minerais da área e ao mesmo tempo daria à Funai tempo para aprimorar seu programas assistenciais entre os 4.000 Yanomami da área, muitos dos quais pouco ou nenhum contato tiveram. Apesar de o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) ter rejeitado a recomendação da CVRD, o deputado Santilli a apresentou como um projeto de lei ao Congresso no ano passado.

Em sua conclusão, Santilli argumentou que a atual crise no desenvolvimento de Roraima não será solucionada através da exploração de Surucucus e que se o Projeto de Cavalcanti passasse resultaria no aniquilamento da nação Yanomami. Outros deputados da Comissão do Índio apoiaram os argumentos de Santilli, reafirmando a necessidade de se colocarem os direitos humanos dos Yanomami e de outras nações indígenas acima dos interesses desenvolvimentistas e das soluções rápidas apontadas para os problemas econômicos de Roraima.

Com base nesses argumentos, o projeto de Cavalcanti foi firmemente vetado (12-2 votos) pela Comissão do Índio. O projeto será em breve apresentado perante a Assembléia Geral da Câmara dos Deputados. Na ocasião, a CCPY solicitará à rede de apoio aos Yanomami que envie cartas aos deputados brasileiros.

A 17 de outubro, membros da Comissão de, Minas e Energia retornaram a Roraima e visitaram a Serra de Surucucus. Em Boa vista foram recebidos por José Altino Machado, que os convidou para um encontro com garimpeiros para discutir a reabertura da Serra. Com, uma exceção (João Batista Fagundes), todos os deputados recusaram o convite de Machado. Os deputados sentiram que a Serra de Surucucus era, de maneira oficial, uma batalha perdida para as empresas e para os garimpeiros e que sendo assim suas preocupações políticas deveriam concentrar-se na Assembléia Nacional Constituinte de 1986 e na transformação de Roraima em estado.

Nem Machado nem Cavalcanti, no entanto, pretendem desistir de sua campanha. No encontro com garimpeiros, Machado declarou o seguinte: "Eu sou apenas uma pessoa e posso ser mandado para a cadeia de novo. (1) Mas eu garanto que esse Território vai ter em 1986 um verão como nunca teve. Quando o Sr. Jaci(2) me libertou da penitenciária, eu prometi a ele que teria mais sorte no próximo verão; é possível que eu vá para a prisão de novo, mas os garimpeiros do Território estarão lá encima" (na Serra de Surucucus).

Cavalcanti, por sua vez, declarava na televisão de Boa vista que os índios Macuxi de Roraima tinham concordado em garimpar em Surucucus e que, dessa maneira, a lei seria respeitada. O que ele ignorava, no entanto, era que os Macuxi não têm direito a garimpar em terras Yanomami. E que também não é possível falar em nome dos Macuxi como povo, que certamente não concordaria em "invadir" as terras Yanomami coletivamente.

(1) Referindo-se à sua breve estada na prisão em seguida à invasão de Surucucus no início de 1985.

(2) Pai do atual governador de Roraima, e antigo garimpeiro.

A situação piora no Ericó e Apiaú

Relatos recentes indicam que a situação nos rios Ericó e Apiaú, em território Yanomami, estão se tornando críticas, em resultado das contínuas invasões de garimpeiros de ouro.

Aproximadamente 300 Yanomami vivem na área entre os rios Catrimani e Apiaú e até recentemente tinham tido pouco contato. Há diversos locais clandestinos de prospecção em operação na área desde 1980 e apesar dos inúmeros protestos dos missionários locais e dos próprios índios, garimpeiros continuam a invadir a área. Essa situação sem controle e potencialmente explosiva resultou em diversas mortes tanto pelas moléstias introduzidas como pelos numerosos conflitos entre índios e garimpeiros.

No início de 1985 guerreiros Yanomami acompanhados da Polícia Federal e Militar expulsaram a maioria dos garimpeiros da região do Apiaú: no entanto, logo em seguida José Altino Machado, o auto-proclamado líder dos garimpeiros, organizou uma invasão criminosa em larga escala à área Yanomami, com suporte total de diversos políticos de Roraima. Por volta de julho mais de 600 homens estavam garimpando ilegalmente no Apiaú: a despeito da presença da Polícia Militar, os garimpeiros continuaram a penetrar na área. Em setembro, seu número tinha dobrado.

A única solução para o grave problema em Apiaú é a remoção imediata de todos os garimpeiros, mas a dificuldade de acesso à região requer o uso de um helicóptero para essa operação. Recentemente, como resultado das pressões dos líderes Yanomami, o Ministro da Justiça prometeu iniciar essa operação, apesar de a CCPY temer que alterações previstas nos Ministérios possam retardar essa ação.

No rio Ericó, locais clandestinos de garimpagem operam desde os anos 60, mas com a abertura da área de mineração de ouro em Santa Rosa em 1980 o número de garimpeiros aumentou enormemente. No seu pico, acima de 5.000 garimpeiros estavam trabalhando em Santa Rosa e os contatos com os Yanomami tornaram-se totalmente incontroláveis. Apesar de a presença do Batalhão de Fronteira (BEF) apenas reforçar a vigilância da FUNAI ao longo do rio Ericó, assim que o BEF se retirou da área os garimpeiros sentiram-se livres para ir e vir à vontade. O único representante da FUNAI trabalhando atualmente no posto de vigilância não tem condições de removê-los.

Parece agora ,que os garimpeiros já exauriram os minérios em torno da área de Santa Rosa e que pretendem expandir- se mais profundamente no território Yanomami. Desde o começo de 1984 antropólogos e a CCPY têm requisitado o retorno imediato do BEF a fim de patrulhar a área, em colaboração com a FUNAI e com os Yanomami do Ericó.

REUNIÃO DA CCPY

A CCPY realizou uma reunião de 4 dias em São Paulo (de 30 de setembro a 3 de outubro/85) a fim de avaliar os trabalhos da Comissão em desenvolvimento.

Estavam presentes a equipe médica que trabalha atualmente em Roraima, o quadro de pessoal da CCPY e assessores, membros da UNI (União das Nações Indígenas) e um representante da Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro. Entre os tópicos discutidos estavam os planos futuros para o programa médico entre os Yanomami, as direções a seguir na campanha nacional e internacional para a criação do Parque Yanomami e a atual situação política em Roraima.

Um dos mais importantes resultados da reunião foi a sugestão da UNI de ajudar a organizar um encontro, na área Yanomami, de representantes de diversas comunidades Yanomami.



Coordenação Editorial: Alcida Rita Ramos, Bruce Albert, Jô Cardoso de Oliveira

Para informações adicionais favor enviar e-mail para o escritório central da Comissão Pró-Yanomami no seguinte endereço:

proyanomamidf@proyanomami.org.br

Financiador: _____

Boletins & Comunicados

Acesse os anteriores ou cadastre-se para receber periodicamente

